

A eco-história dos Cerrados e as percepções sociais sobre a degradação na área de proteção ambiental das bacias do Gama e Cabeça-de-Veado (Distrito Federal)

Ecohistory of the *Cerrado* region and social views on the degradation of the protected areas of the Gama and Cabeça-de-Veado basins (Distrito Federal)

*Rosângela Azevedo Corrêa**

Resumo

Quais são os aspectos culturais e sociais que moldam o que percebe e compreende uma pessoa ou um grupo? A premissa desta pesquisa é que, a partir de um problema de degradação ambiental dos Cerrados, se gera um processo social de percepção, conhecimento e compreensão que vai sendo construído a partir dos intercâmbios sociais de informação, conflito ou aliança com outros indivíduos e grupos sociais. Por isto, utilizamos o conceito de percepções sociais como principal instrumento analítico. Os resultados da pesquisa permitirão a produção de materiais didáticos para as escolas públicas e privadas sobre a realidade sócio-ambiental dos Cerrados no Distrito Federal. O objetivo desta tarefa é promover a dinamização das atividades da escola em torno da questão ambiental de modo a tornar esta questão um eixo mobilizador da gestão ambiental participativa nas comunidades e capacitar professores para lidar com as questões ambientais como eixo transversal no currículo escolar. Através dos materiais, teremos a oportunidade de transmitir conhecimentos técnico-científicos e humanos que são aplicados no espaço da escola e multiplicados posteriormente no ambiente comunitário.

Palavras-chave: Eco-história. Cerrados. Antropologia. Meio ambiente. Educação ambiental. Gestão ambiental.

* Doutora em Antropologia Social. Área de Educação Ambiental e Ecologia Humana – Faculdade de Educação – Universidade de Brasília. E-mail: roscorrea@bol.com.br

Abstract

What are the cultural and social aspects that mold what an individual or group perceives and understands? This research was based on the premise that the degradation of the *Cerrado* environment generates a social process of perception, knowledge and understanding. This, in turn, is built upon a social exchange of information, conflict or alliances with other individuals or social groups. Thus, the concept of social perception is used as the main analytical instrument. The results of this research will enable the development of educational materials of the reality of the social environment of the *Cerrado* regions in the Distrito Federal, for either public or private schools. This task is aimed at promoting a more dynamic action of school activities centered on environmental issues. This, in turn, may permit that such issues become the main axis of participative environmental management for communities, as well as to better qualify teachers to deal with such questions in school curriculums. Through these materials, technical, scientific and human knowledge will be transmitted within the school environment and then further disclosed to the whole community.

Keywords: Ecohistory. *Cerrado*. Anthropology. Environment. Environmental education. Environmental management.

Se contamos no breve tempo do ocidente, nunca houve tantos regimes democráticos, reais ou intencionais, que tenham proclamado o “fim da história” no sentido hegeliano; mas, se contamos em bem-estar humano, cresce a perplexidade ao terem aumentado quase todos os índices nacionais de êxito econômico, enquanto que, em nível global, vive na pobreza um número absoluto cada vez maior de seres humanos. Se contamos em séculos, nunca houve na civilização humana um domínio tão amplo sobre a geosfera e a biosfera; e nunca estivemos tão perto de destruir essa mesma base de sustento. Se contamos em milênios, chegamos a um ponto nunca antes imaginado na vida da Terra: pela primeira, e possivelmente única vez, a espécie que deu um sentido de história ao planeta, corre o risco de pôr fim a essa história, violentamente.

Nos últimos anos, se espelham, ao acaso e com ambigüidade, discussões sobre os desafios que apresentam todas estas contradições e cujo vértice final começa a convergir ao termo de “mudança global”. Apesar do seu significado convencional, seu significado entranha algo novo: uma perspectiva desconhecida da história humana. Aquela em que, progressivamente, deixou o “homem” europeu como protagonista épico da civilização, o “homem” como agente único da mudança e a espécie humana como protagonista apocalíptica do fim do mundo. Começa-se a dissolver o eurocentrismo, o androcentrismo e o antropocentrismo, e as épocas perturbadas que estamos vivendo serão o processo de reconstrução de uma nova maneira de viver dos indivíduos, os gêneros e os seres vivos.

Hoje esta perspectiva global coloca novamente o acento na relação entre os seres humanos, os animais, as plantas e a Terra. Atrevemo-nos a dizer “novamente”, porque é provável que nenhuma civilização tenha perdido, a tal grau, a sensibilidade para com o meio ambiente natural, como nesta última fase da industrialização, tanto na sua versão capitalista, como socialista. Nunca havia ocorrido uma multiplicação tal de seres humanos e de consumo dos bens da Terra, como aconteceu nas últimas três décadas do século XX. Essa rede de relações criou um mundo “global” cujos passos, irremediavelmente, estão levando a mudanças biogeoquímicas “globais”.

O grande mistério: como é que se somam as ações pequenas e cotidianas de cada indivíduo, para cruzar esta intrincada rede de interações globais? Poder analisar esse mistério é o que anima esta pesquisa. As perguntas que derivam do anterior são: qual é a classe de direito ou mandato que têm os seres humanos sobre o uso e cuidado dos recursos do planeta? Significativamente, muitas culturas tradicionais têm melhores respostas, normas mais explícitas sobre isto que as legislações nacionais modernas. Nem sequer os teólogos de diversas religiões têm respostas precisas sobre esse ponto. Apenas agora estão indo às suas escrituras sagradas para buscar novas exegeses. E, se não existe um ordenamento divino neste sentido – e mesmo que houvesse, o laicismo do mundo atual torna difícil sua aplicação universal –, recai então sobre o mundo da ciência e da política construir estas novas leis e instituições que regulem o mundo globalizado.

Entretanto, a ciência oscila frente a dúvidas nas suas conclusões, que sempre estiveram aí, mas que só agora se tornaram inquietantes. E a política encontra-se agarrada entre as expectativas de um nível de vida cada vez mais alto, para uma população cada vez maior, os interesses criados da desigualdade e o esgotamento e erosão dos recursos naturais. Podemos apostar tudo nas novas tecnologias que substituam estes recursos, mas é apostar demasiado.

Um dos problemas a enfrentar é que não existem práticas culturais, étnicas e políticas para um mundo com interdependências e rupturas das dimensões atuais. É necessário ir criando, palavra por palavra, valor por valor e, principalmente, transação por transação, negociação por negociação. Uma primeira etapa desse processo teve início com a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (ECO 92), realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992.

A essa lenta e difícil tarefa é que nos propomos a contribuir com esta pesquisa. O importante é que continuamos em frente com a análise e o debate, com a participação de um maior número possível de interlocutores, cientistas e políticos, camponeses e “urbanóides”, habitantes do Norte e do Sul, do Ocidente e do Oriente.

Para contribuir com essas reflexões, este estudo analisa a dimensão cultural de um fenômeno de degradação do meio ambiente natural, neste caso, no ecossistema dos Cerrados. Devido a sua vasta extensão territorial – cerca de 2 milhões de km², ou 22% do território nacional – posição geográfica, heterogeneidade vegetal, e por ser cortado pelas três maiores bacias hidrográficas da América do Sul – Amazonas, Paraná e São Francisco – os Cerrados destacam-se por sua diversidade. Os Cerrados localizam-se predominantemente no Planalto Central e constituem a segunda maior formação vegetal brasileira, sendo a primeira a Floresta Amazônica. Esse bioma se estende de 5° a 20° de latitude Sul e de 45° a 60° de longitude Oeste. Abrange os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Goiás, Tocantins, Maranhão, Piauí, Bahia, Minas Gerais, São Paulo e o Distrito Federal.

O estudo, realizado especificamente no Distrito Federal, trata da área de proteção ambiental (APA) das bacias do Gama e Cabeça-do-Veadão. Essa APA abriga o Jardim Zoológico, o Catetinho, Aeronáutica, Marinha, Country Club, Jardim Botânico de Brasília, a Fazenda Água Limpa da UnB, IBGE, Recor, e nela estão localizados diversos núcleos urbanos, como SHIS (Setor de Habitação Individuais Sul), SMDB (Setor de Mansões Dom Bosco), SMPW (Setor de Mansões Park Way), Candangolândia, Núcleo Rural Vargem Bonita, Aeroporto Internacional de Brasília, invasão da Telebrasília, Riacho Fundo e outros.

Para a presente pesquisa, enfocaremos o processo de degradação ambiental dos Cerrados, que, nos últimos anos, vem sendo incorporado a um padrão de desenvolvimento que obedeceu aos marcos estruturais advindos do padrão de desenvolvimento hegemônico. O escasseamento da fronteira, no Sul do país, acompanhado da necessidade de aprimorar o domínio econômico e tecnológico sobre suas extensas áreas, fez com que essa região surgisse como espaço capaz de conciliar os interesses envolvidos com a modernização da agricultura. Para tanto, foi requerida a participação estatal, com a formulação de políticas de incentivos creditícios e de infra-estrutura.

Sem a participação do governo, essa ocupação não teria ocorrido tão rapidamente. Com a finalidade de compensar a falta de conhecimento sobre produção agrícola, aliado às dificuldades de transporte, medidas como a criação do CPAC (Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado), com a conseqüente adaptação de tecnologias e a construção de rodovias, despertaram a atenção de empresários para investimentos na região, com potencial de transformar-se em *celeiro do mundo*. Além dessas medidas, foram necessários programas que demonstrassem a sua viabilidade econômica. Surgiram, assim, o Padap (Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba), o Polocentro (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados) e o Prodecer (Programa de

Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados), entre outros. Este último contou com a forte presença do capital público e privado japonês.

No entanto, pouca atenção foi destinada ao impacto ocasionado ao meio ambiente. Em decorrência, houve perda de uma parte da biodiversidade, cujas potencialidades, econômica, científica e medicinal não são nem sequer totalmente conhecidas. Embora não exista uma avaliação global sobre os danos provenientes dessa rápida incorporação produtiva, que se iniciou nos anos setenta, é possível afirmar que esta proporcionou desmatamentos constantes, compactação e erosão dos solos, contaminação das águas por agrotóxicos, destruição das matas de galeria, invasão de plantas e fauna exóticas alterando o equilíbrio dinâmico do ecossistema.

A presença humana na região data de pelo menos 12 mil anos, com o aparecimento de grupos de caçadores e coletores de frutos e outros alimentos naturais. Só recentemente, há cerca de 40 anos, é que começou a ser mais densamente povoada, principalmente com a construção de Brasília e do sistema rodoviário ligando a nova capital ao núcleo dinâmico do país. A nova capital estabeleceu um enclave em área quase vazia para os interesses governamentais, requerendo substanciais investimentos para a criação do sistema de transporte para ligá-la ao Sudeste do Brasil. O incremento demográfico dos Cerrados deveu-se principalmente aos processos de urbanização em andamento na região. Por exemplo, em 1991, quase um quarto da população total da região, se concentrava nas áreas metropolitanas de Brasília e Goiânia.

Os principais obstáculos à conservação da biodiversidade dos Cerrados podem ser resumidos pelos seguintes aspectos:

- a) baixo valor atribuído aos seus recursos biológicos;
- b) exploração dos recursos visando apenas o lucro, e não o benefício das populações locais;
- c) insuficiência de conhecimento sobre ecossistemas e espécies;
- d) os resultados dos poucos estudos científicos existentes não são direcionados à resolução de problemas ambientais;
- e) as atividades conservacionistas da maioria das organizações têm tido um espectro muito restrito;
- f) as instituições responsáveis enfrentam dificuldades organizacionais e financeiras;
- g) o modelo de ocupação agropecuária nas terras do Cerrado caracteriza-se principalmente pelo aumento da produção obtido graças à incorporação de novas terras e não por meio de ganho em produtividade. Conseqüentemente, extensas áreas da região têm sido desmatadas, ocasionando erosão dos solos, contaminação dos aquíferos e a redução da biodiversidade.

Outros problemas comuns nesta APA são: uso irregular de água para abastecimento, caça de animais silvestres, coleta irregular de plantas nativas, substituição da vegetação nativa por espécies exóticas e gramados, sinais de queimadas constantes e loteamentos irregulares, como é o caso do Setor Mansões Park Way, nas proximidades dos córregos do Cedro e Mato Seco, e controlados por técnicos da Emater e Secretaria do Meio Ambiente, onde a ocupação do local começou como invasão e as vendas foram feitas por meio de cessões de direito.

A escolha da área de proteção ambiental das bacias do Gama e Cabeça-de-Veado para a presente pesquisa se deu por três razões:

a) As APAs têm por finalidade proteger áreas de importância ecológica, em propriedades particulares, sem desapropriar, nem impedir seu alcance social. As APAs são, ainda, consideradas como a categoria de manejo mais moderno que existe em termos de áreas protegidas. Elas permitem que a população desenvolva atividades econômicas nos espaços geográficos, e suas criações não implicam em desapropriação de terra, condicionando que o uso da terra e o desenvolvimento estejam dentro dos parâmetros de um planejamento ambiental.

A APA Bacias do Gama e Cabeça-de-Veado foi criada em abril de 1986, com objetivo maior de proteger as cabeceiras do Ribeirão do Gama e do Córrego Cabeça-de-Veado, de formar e garantir a integridade dessas drenagens, responsáveis por um terço das águas do Lago Paranoá. Além disso, esta APA faz parte da Reserva da Biosfera do Cerrado, sendo uma das maiores áreas de reserva contínua de vegetação nativa do Cerrado existente no Distrito Federal e protegida por três grandes instituições de pesquisas ecológicas e de recursos naturais (UnB/FAL, JBB e IBGE).

Frente a esse desafio de desenvolver atividades econômicas compatíveis com os limites de suportabilidade do mundo natural, as APAs abrangem diferentes setores da nossa sociedade num debate público sobre a apropriação dos recursos naturais como órgãos governamentais, os grupos ambientalistas, a comunidade local, investidores e acadêmicos.

b) Há poucos estudos sociológicos, antropológicos e eco-históricos sobre o assunto. Com efeito, a maioria dos estudos sociológicos que envolvem a problemática de ocupação do cerrado concentra-se no processo de construção da fronteira agrícola e nas atividades e programas vinculados à agricultura, fazendo-se necessário e urgente contribuir para as análises sobre a cultura e a mudança global.

c) A importância dos Cerrados é fundamental para o Brasil, pois se encontram no coração do país, com interfaces com a Amazônia, com a Caatinga, com a Mata Atlântica e com o Pantanal. Os Cerrados não receberam status de patrimônio nacional concedido para a Amazônia, Mata Atlântica, Pantanal e Sistemas Costeiros na Constituição Brasileira. A carência de áreas de conservação

na região evidencia-se pela comparação do esforço conservacionista governamental entre os ecossistemas amazônicos, que contam com 12% de sua área protegida na forma de unidades de conservação, contra menos de 2% no Cerrado. Essa discrepância estende-se ao tamanho das unidades de conservação: a maioria das unidades na Amazônia possui área superior a 100 mil hectares. No Cerrado, apenas 10% das unidades possuem área acima de 50 mil hectares.

A sustentabilidade é um atributo da cultura?

Onde radica a sustentabilidade? É um atributo das crenças, da sociedade, do seu sistema de valores e da sua retificação como uma intencionalidade que está acima dos indivíduos e das sociedades. Começaremos por indagar em que radica a sustentabilidade das concepções, é dizer, os enunciados das crenças de uma sociedade. E o caso que analisaremos será dos habitantes localizados na área de proteção ambiental das bacias do Gama e Cabeça-de-Veados.

Algumas pessoas argumentam recentemente que a cultura não tem nenhuma influência nos processos de degradação do meio ambiente, citando o caso do hinduísmo, predisposto notavelmente a favor do meio ambiente nas suas concepções, mas que não foram capazes de deter a grave deterioração ecológica na Índia (Rockwell, 1992). Neste caso, o argumento está muito claro: a necessidade econômica acaba com qualquer predisposição cultural benévola para a natureza.

As percepções dos indivíduos estão contextualizadas pelos marcos culturais, como afirma Anne Whyte (1985), que denomina de marcos subjetivos transmitidos pela tradição oral, educação ou os meios massivos de comunicação.

Outra abordagem teórica que nos interessa nesta pesquisa é fazer explícita a dinâmica social dessas percepções. Por uma parte, partimos da premissa teórica de que as percepções e a compreensão dos fenômenos se constroem socialmente, isto é, mediante a interação entre os indivíduos e, segundo, porque nossa hipótese é que, uma vez percebidos, a avaliação que fazem das mudanças ambientais dependerá em grande medida das experiências e intercâmbios que tiveram os diferentes grupos entre si. Não estamos coisificando estes grupos, senão que consideramos que estes se formam, agregam ou desagregam em um processo constante, deixando, como nossas sombras, uma silhueta perdurável em um instante do tempo. E aproximando-nos das questões práticas, na busca de alternativas sustentáveis para o meio ambiente, pesamos de maneira decisiva as decisões dos grupos envolvidos. As situações sociais e políticas conjunturais requerem em um momento dado que se tomem decisões e se realizem ações com vistas a uma tomada de posição.

Na era da antropologia interpretativa e da teoria crítica, não podemos analisar as idéias como se fossem restos de um naufrágio flutuando em alto mar, como fazia a etnografia clássica. Hoje sabemos que resulta decisivo saber quem é o emissor das mensagens e como percebe os fenômenos que nos ocupam.

Partimos da definição de percepção como "... a experiência direta sobre o meio ambiente (...) e a informação indireta que recebe (um indivíduo) através de outros indivíduos, da ciência e dos meios massivos de comunicação" (Whyte, 1985, p. 404). Levamos essa definição para o campo da antropologia perguntando: quais são os aspectos culturais e sociais – Whyte chama de "marcos subjetivos na tomada de decisões" – que moldam o que percebe e compreende uma pessoa ou um grupo? A premissa desta pesquisa é que, a partir de um problema, se gera um processo social de percepção, conhecimento e compreensão que vai sendo construído a partir dos intercâmbios sociais de informação, conflito ou aliança com outros indivíduos e grupos sociais. Por isto, utilizamos o conceito de percepções sociais como principal instrumento analítico.

Como resultado daquele processo, os grupos sociais tendem a tomar posições e estratégias, que criam um mapa de percepções sociais em constante movimento. Conhecer esse mapa é importante por duas razões: primeiro, porque a solução aos problemas ambientais só poderá negociar-se conhecendo como estão percebendo e avaliando os distintos grupos sociais sua situação com respeito às ações que geraram as mudanças ambientais e às ações que são necessárias para evitar maiores deteriorações.

Segundo, porque na nova perspectiva crítica, é necessário saber o que pensam os distintos grupos sociais, formando uma malha de posições relativas que vão se transformando de acordo com uma dinâmica específica. Os métodos antropológicos, criados inicialmente para o estudo de culturas isoladas e estáveis, têm hoje que desenvolver novos conceitos analíticos e modelos para estudar as culturas em constante movimento.

Os testemunhos devem ser diferenciados desde a percepção da degradação a uma compreensão do fenômeno. Compreender no sentido de "conhecer" o fenômeno, isto é, constatar pelo exercício das faculdades intelectuais a matéria, as qualidades e as relações das coisas, e este "conhecimento" "abarca, alcança e rodeia" a totalidade do fenômeno.

O que possibilita essa compreensão é a independência no juízo individual que discerne e avalia o fenômeno. Não se trata só de um processo psicológico de interiorização e compreensão do indivíduo, senão que essas compreensões passam por uma avaliação e contraste constante com as percepções e compreensões dos outros grupos com os quais têm relações significativas. O

princípio desta pesquisa é que, por constante confrontação e ajuste, nosso conceito analítico central é o de percepções sociais.

Natureza e cultura são formas de explicar e traduzir socialmente tanto o mundo natural como o mundo social. A primeira categoria – natureza – organiza e explica o outro radical do qual nos diferenciamos. A segunda categoria – cultura – organiza e explica as nossas diferenças sociais. Tanto uma como outra são construções coletivas. É, portanto, como um produto do mundo social que analisaremos a construção da categoria de natureza. Partimos do conceito de natureza como uma invenção do social, diferenciando-a do mundo natural objetivo, com o qual não deve ser confundida. Tratar a natureza como categoria do social implica procurar os elementos sociais que lhe dão forma, porque os mesmos valores que fundam a vida social permitem a cada sociedade ou cada grupo social organizar e explicar o mundo natural. Nessa perspectiva, a natureza seria tanto uma coisa sobre a qual o indivíduo pensa, como uma coisa por meio da qual ele pensa (Lima, 1988, p. 49). Concentramos nossa atenção nos diferentes discursos pelos quais os grupos sociais organizam o mundo natural e como os mesmos são elaborados por intermédio da categoria de natureza, isto é, apropriada e organizada como representação, ou seja, pensada na cultura.

Hoje em dia, é importante considerar a pluralidade e diversidade biológica e cultural, o que implica a compreensão dos processos culturais característicos de cada país, região ou comunidade. Ao falar de comunidade, chama-se a atenção para a necessidade de repensar o conceito com vistas à superação das visões homogeneizantes que abstraem os antagonismos e as diferenças que compõem a dinâmica social.

Entende-se que os grupos sociais se reconhecem tendo como referência não só uma base geográfica/territorial, mas também, e fundamentalmente, as múltiplas relações materiais, simbólicas e imaginárias, que se estabelecem com os espaços naturais e sociais nos distintos contextos do País.

Neste sentido, é preciso levar em conta que as identidades culturais possuem caráter diverso e plural, e se constroem e se reconstróem num campo de relações de alianças e/ou conflitos, seja entre os agentes de um mesmo grupo, seja entre outros grupos que compõem a sociedade em nível local, nacional e mundial. Portanto, é necessário considerar as ações não só ambientais, que os grupos sociais são portadores de alguns interesses comuns e outros diferentes, divergentes e/ou opostos, o que implica uma abordagem que considere diversos agentes sociais em seu processo de interação, que se realiza tanto na tensão quanto na harmonia, podendo ocupar uma base territorial contígua ou não.

Desde 1990, a problemática dos Cerrados aparece como preocupação sociológica, mas a forma de pensar os Cerrados não é consensual. É

caracterizada por uma disputa entre os que o pensam como uma fronteira agrícola a ser ocupada e por aqueles que o pensam como um bioma-habitat a ser preservado. Essa dissensão não é resultado só do processo histórico de ocupação. Antes de tudo, as maneiras diferenciadas de pensar os Cerrados balizam-se nos paradigmas que alicerçam as formas de conceber o progresso técnico e a relação sociedade-natureza.

No paradigma clássico, que sustentaria a primeira forma de perceber os Cerrados, a relação entre ciência, sociedade e natureza coloca esta última como um objeto inanimado, a-histórico e passivo, enquanto que o objetivo da ciência seria dominar e controlar a natureza.

O novo paradigma fundamentaria uma forma de pensar os Cerrados não só como base do desenvolvimento, mas também como habitat a ser preservado. Esse paradigma implica a superação da dicotomia sujeito-objeto na relação ciência-natureza.

Nas últimas décadas, a tensão entre as políticas de expansão da fronteira agrícola nacional, ancoradas em um forte aporte de pesquisa agropecuária, e o discurso de caráter ambientalista, crítico à visão desenvolvimentista, marca as discussões em torno do debate ambiental na região.

A nossa proposta visa desenvolver ações criativas e reflexivas voltadas para a construção de uma pedagogia ambiental de cunho vivencial, simbólico e prático. Esta pesquisa faz parte das atividades do Programa de Educação Ambiental e Ecologia Humana, uma área específica de ensino, pesquisa e extensão da Faculdade de Educação da UnB, existindo há cinco anos e sendo composto por uma equipe interdisciplinar de professores, alunos de graduação e pós-graduação da UnB e profissionais autônomos. O objetivo do Programa é desenvolver atividades voltadas para a gestão participativa dos problemas e processos sócio-ambientais, principalmente no ecossistema dos Cerrados.

O foco central é a gestão/educação ambiental que implica a incorporação de idéias de parceria e conflito que perpassam as relações humanas e sócio-ambientais. Essas idéias devem ser incorporadas como aspectos constitutivos destas relações, que precisam ser administrados para propiciar a construção de projetos e ações coletivas contextualizadas no ambiente das comunidades e organizações atendidas pelo Programa.

Esta pesquisa visa fornecer subsídios para que os indivíduos e os grupos possam encontrar o caminho sócio-político-administrativo de construção de uma sociedade fundamentada em níveis sustentáveis de interação sócio-ambiental. Para tanto, o método adotado busca favorecer a conexão com a história pessoal e comunitária e, através dela, com as forças essenciais da psique humana, que se acham enfraquecidas pelos efeitos massificantes do modelo consumista vigente.

A eco-história é um eficiente meio para que sejam visualizados os sucessivos cenários, pelos quais se transformou a geografia econômica na região. Este estudo interdisciplinar pretende buscar dados históricos com informações sobre o meio ambiente.

Resgatar a eco-história da APA das bacias do Gama e Cabeça-do-Veado não é panacéia, mas uma forma de abordagem que pressupõe a compreensão abrangente da Mãe-Terra e dos filhos humanos, com seus resultados, alguns salutares, outros iníquos sociológica, econômica e ecologicamente. Como bem afirma Bertran (1994): “De tudo isto tiramos uma certeza: não saber mais o que é Centro-Oeste ou Brasil, por exemplo. Mas saber o que é o Cerrado e seus filhos, a eco-história humana das savanas brasileiras”.

Ademais, a perspectiva desta pesquisa é antropológica. Mas, o que constitui uma pesquisa antropológica? Muitas vezes supõe-se que a micro-análise seja a característica que a define, mas só ela não faz com que o estudo seja antropológico. Nossa principal contribuição como antropólogos é a maneira de realizar a pesquisa. A análise em nível micro começa e se localiza no contato direto com a realidade e não conta com as estatísticas que agregam representatividade, mas que não explicam como e por que existem regularidades na forma de relacionar-se com a natureza. As técnicas antropológicas continuam sendo uma garantia para descobrir dados e apontar interpretações instigantes.

Esta pesquisa está em andamento e seus resultados permitirão a produção de materiais didáticos para as escolas públicas e privadas no Distrito Federal sobre a realidade sócio-ambiental dos Cerrados. O objetivo desta tarefa é promover a dinamização das atividades da escola em torno da questão ambiental de modo a tornar esta questão um eixo mobilizador da gestão ambiental participativa nas comunidades e capacitar professores para lidar com as questões ambientais como eixo transversal no currículo escolar. Através dos materiais, teremos a oportunidade de transmitir conhecimentos técnico-científicos e humanos que são aplicados no espaço da escola e multiplicados posteriormente no ambiente comunitário. Os materiais elaborados pretendem dar uma visão articulada entre os problemas ambientais locais e globais, ressaltando a importância da organização comunitária para a gestão dos problemas sócio-ambientais.

Os livros didáticos utilizados atualmente não se apresentam adequados como fonte inspiradora de práticas educativas sobre os Cerrados. Isto porque são essencialmente informativos e poucos contribuem para a formação de atitudes positivas em relação aos Cerrados. Além disso, muitos trazem informações equivocadas e até preconceituosas a respeito dos Cerrados, que podem se refletir na percepção dos alunos sobre esse tipo de vegetação. A má qualidade de

materiais educativos é relatada na literatura para os livros didáticos de ciências, mas também pode ser observada nos textos de educação ambiental.

Por essa razão, a presente pesquisa continuará para tentar elaborar materiais atrativos e específicos para os professores, e outros específicos para crianças e adolescentes. Reafirmamos a necessidade de produzir materiais didáticos que popularizem os novos conhecimentos sobre o meio ambiente em linguagem acessível, porém sem perder o compromisso com o rigor científico. Conforme afirma Bezerril, “a revisão dos atuais livros didáticos em relação a sua abordagem sobre os Cerrados, assim como a produção de livros paradidáticos voltados para a conservação dos Cerrados, se fazem necessários para subsidiar a ação do professor: tanto como uma fonte de informações pouco divulgadas ao grande público, como para fomentar o debate acerca dos impactos causados pelos modelos de desenvolvimento estabelecidos na região, visando mudanças futuras e a formação de atitudes positivas em relação ao Cerrado” (2001, p. 33).

Referências

- ARIZPE, Lourdes et al. *Cultura y cambio global: percepciones sociales sobre la deforestación en la Selva Lacandona*. México: UNAM/Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinares, 1993.
- BERTRAN, Paulo. Desastres ambientais na capitania de Goiás, *Revista Ciência Hoje*, v. 12, n. 70, p. 42-48, jan./fev. 1991.
- BERTRAN, Paulo. *História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal, do indígena ao colonizador*. Brasília: Solo, 1994.
- CEPAL. *El desarrollo sustentable: transformación productiva, equidad y meio ambiente*. Santiago de Chile, 1991.
- COMISION BRUNTLAND. *Nuestro futuro común*. Oxford: Oxford University, 1987.
- COMISION DE DESARROLLO Y MEDIO AMBIENTE DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, *Nuestra propia agenda*, ONU, 1990.
- CORREA, Rosângela Azevedo. *Cerrado - Caderno do Professor, Projeto Tom da Mata*. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, Instituto Antônio Carlos Jobim, Furnas, 1999.
- DUARTE, Laura e SANTANA, Maria Lúcia de (Org.). *Tristes Cerrados. Sociedade e biodiversidade*. Brasília: Paralelo 15, 1998.
- EMBRAPA. *Atlas do meio ambiente do Brasil*. Brasília: Embrapa-SPI e Terra Viva, 1996.
- GUATTARI, Felix. *As três ecologias*. São Paulo: Papyrus, 1989.
- MURDOCK, George. *Ethnographic Atlas*. Pittsburgh: University of Pittsburgh, 1967.
- PINTO, Maria Novaes (Org.). *Cerrado: caracterização, ocupação e perspectivas*, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.

PIRES, Mauro Oliveira. *Desenvolvimento e sustentabilidade: um estudo sobre o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer)*, Tese de mestrado, Departamento de Sociologia, UnB, 1996.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ECOLOGIA HUMANA. *A ecologia humana como fundamento do método vivencial na prática da educação / gestão ambiental*, Mimeo, Coletânea de textos, Faculdade de Educação, UnB, 1998.

WHITE, Anne. Perception. In: Kates, R. W.; Ausubel, J. H. e Berbetian, M. (Orgs.). *Climate Impact Assessment*. Toronto, Canadá: SCOPE, John Willey and Sons, 1985, p.403-436.

WWF. *De grão em grão, o Cerrado perde espaço (Cerrado – Impactos do Processo de Ocupação)*, Brasília: WWF, 1995.

Recebido: 05.02.2002

Aceito: 10.03.2002

